



Mission Permanente  
de la République d'Angola  
Genève

**46a sessão do Conselho dos Direitos Humanos  
Segmento de Alto Nível  
22 de Fevereiro de 2021**

**INTERVENÇÃO DE  
S.E. EMBAIXADOR TÊTE ANTÓNIO  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
DA REPÚBLICA DE ANGOLA**

---

Senhora Presidente,

Excelências,

A realização desta sessão vem no momento certo, exatamente 1 ano após o início da pandemia da Covid-19 e todos os Estados continuam a arcar com o peso das múltiplas consequências sociais e económicas da pandemia.

As aspirações para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis -ODS- **encontram-se significativamente comprometidas, incluindo os esforços nacionais envidados para a realização dos direitos humanos, tal como delineados na Agenda 2030.**

Angola acredita ser este o momento oportuno para repensar os nossos compromissos assumidos de maneira colectiva, afim de aumentar a resiliência das nossas sociedades, reconstruindo melhor e de modo a **"não deixar ninguém para trás"**.

Mais do que nunca, **a pandemia da Covid-19 exige solidariedade global e cooperação multilateral, particularmente com a nova** ameaça desta doença a que optamos chamar "Variantes". Angola reitera **a importância e a necessidade de acesso seguro, equitativo e universal aos medicamentos e às vacinas contra a COVID-19.**

Excelências,

É premente o rigor por parte dos Estados no garante do respeito pelos direitos humanos, por um lado e, por outro, a criatividade para encontrar soluções duradouras para os velhos desafios e as novas problemáticas do contexto sanitário actual.

Com as medidas sanitárias que se impunham, a propagação da Covid-19 a nível nacional tem sido limitada até a data. Em 1 ano, **Angola contabiliza um pouco menos de 20.350 casos, quase o mesmo número de pessoas recuperadas e menos de 600 óbitos.**

A pandemia concentrou todas as atenções e alterou o ritmo de execução de importantes projectos em curso. **Devido ao agravamento das vulnerabilidades socioeconómicas causado pela Covid-19, a graduação de Angola para País de Rendimento Médio foi adiada para 2024,**

Contudo, com base no novo modelo de governação do Executivo presidido por S.E. João Lourenço, Angola não perdeu a visão relativamente ao principal objectivo da sua agenda nacional: **melhorar o bem-estar e as condições de vida dos angolanos.**

**Paralelamente, o impacto das medidas restritivas adoptadas pelo Estado sobre a realização dos direitos humanos fez-se igualmente sentir,** em particular relativamente ao exercício dos direitos civis e políticos, obrigando o Estado a tomar diferentes iniciativas com vista a garantir o respeito, a protecção e a defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais à luz do novo contexto sanitário.

No que concerne aos direitos económicos, sociais e culturais, os efeitos da pandemia tiveram principalmente uma repercussão na luta contra a pobreza multidimensional, tendo seriamente pressionado o sector informal da economia, ameaçando a segurança alimentar e os meios de subsistências.

Neste contexto desafiante, o Governo angolano implementou uma série de medidas para atenuar os efeitos da crise sanitária nos sectores chave da vida do país, desde a disponibilização de **uma linha de crédito às empresas,** a implementação do programa bem-sucedido de transferência monetária **“KWENDA” a favor das categorias mais vulneráveis da população, passando pela revisão intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional inicialmente projectado, até a adesão à iniciativa de suspensão do Serviço da Dívida, entre outras.**

**Conscientes dos desafios nacionais existentes em matéria de direitos humanos e,** embora Angola tenha terminado o seu 3º mandato com Membro do Conselho, o Executivo angolano **continua comprometido com a agenda nacional e internacional dos direitos humanos.**

**Ao nível nacional, Angola prossegue com a implementação** da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos 2019-2022 que visa o reforço da arquitetura nacional de promoção e protecção dos direitos humanos, bem como o reconhecimento do importante papel jogado das organizações da sociedade civil a favor da realização cada vez mais efectiva dos direitos humanos no país.

Acreditamos também que uma Administração mais perto da população contribui de uma maneira significativa para a realização efectiva dos direitos humanos e dos ODS. É neste quadro que Angola se prepara para **a instauração das Autarquias Locais quando as condições legislativas, administrativas, financeiras e sanitárias forem possíveis.**

**Ao nível internacional,** Angola continua engajada no cumprimento das suas obrigações internacionais e numa cooperação constructiva com os mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos. Angola está igualmente empenhada na implementação das recomendações aceites saídas do **3º ciclo da Revisão Periódica Universal.**

**O combate à corrupção e a impunidade permanecem um dos pilares do novo paradigma de governação do Governo angolano**, por representarem uma grave ameaça ao desenvolvimento sustentável da sociedade e impactam de maneira negativa a realização dos direitos humanos.

A este respeito, Angola toma nota do projecto em curso do Alto Comissariado relativo às **Linhas Directrizes para a recuperação de activos**, como base na iniciativa do Grupo Africano sobre o impacto negativo do não-repatriamento dos fundos de origem ilícita. Angola apela mais uma vez a plena implementação e cooperação dos Estados membros da Convenção das Nações Unidas contra Corrupção, a fim de facilitar a recuperação de activos, necessários para o financiamento de projectos de desenvolvimento nos países requerentes.

**Angola acredita que o multilateralismo continua a representar a melhor, senão a única barreira contra as tentações isolacionistas ou competitivas exacerbadas** e, considera que a promoção e a protecção dos direitos humanos devem obrigatoriamente passar pelo fortalecimento de um multilateralismo altruísta, comprometido, mas não intrusivo, determinado, mas não menos humano.

O ano de 2021 será, sem dúvida, um ano crucial para o futuro e o papel dos órgãos de direitos humanos da Organização. Neste contexto, aproveito a oportunidade para felicitar S.E. Embaixadora **Nazat KHAN, Representante Permanente de Fidji junto da ONU em Genebra, pela sua eleição como Presidente do 15º ciclo do Conselho, e a quem Angola reitera todo o seu apoio e confiança para o seu mandato a frente deste órgão que materializa o Terceiro Pilar do Sistema das Nações Unidas.**

Muito obrigada